

# Patrimônio Cultural e preservação da Memória Nacional

Lina Brígida Rocha de Alvarenga Rosa

Documentos extraviados, ou em mau estado de conservação, monumentos danificados, cidades históricas, sempre ameaçadas. A preservação da memória nacional tem sido meta de muitos governos, mas ainda merece, por parte de historiadores e pesquisadores, críticas contundentes e queixas amargas.

Portanto, quando se trata de preservação da memória histórico-cultural, uma constatação é logo evidente: os acervos e a cultura do país, embora discutidos continuamente por setores especializados permanecem, por vezes, abandonados e até mesmo passíveis de extinções pela pouca atenção que se dá às ações efetivas de preservação. Uma pergunta, então, se coloca: quais as perspectivas da memória nacional?

Sem pretender esgotar o assunto, nossa intenção é fixar pontos referenciais para possíveis caminhos, que implicam a organização da cultura, como o caso da preservação da memória ferroviária.

A preservação da memória social tem recebido, nos últimos anos, o apoio de parcelas expressivas das comunidades brasileiras, em claro contraste com o que ocorria há dez ou vinte anos atrás. Nessa época, o ímpeto da modernização induzia à destruição do antigo, para, sobre os seus escombros, erigir o novo. Hoje, verifica-se o oposto: há preocupação em preservar o antigo, embora, por vezes, tais ações se mostrem carentes de uma participação mais efetiva da sociedade.

O próprio termo "memória" (que muitas vezes substituiu a nossa velha "história"; sem nenhuma vantagem) deixou de ser monopólio dos especialistas no estudo e preservação das coisas do passado.

Fala-se em "memória organizacional" para se referir aos arquivos e registros de atividades de empresas e instituições; fala-se da "memória de reuniões", em substituição ao tradicional termo "ata". Em suma, a palavra "memória" passou a fazer parte do cotidiano de importantes segmentos da população.

O valorizar da preservação do passado deve-se, em grande medida, à ação insistente de historiadores e outros cientistas sociais e tem gerado frutos importantes: além de inúmeras ações concretas, já concluídas ou em andamento, hoje é possível apresentar projetos de preservação (de documentos, de imóveis, de máquinas, ou equipamentos etc) sem obter a imediata negativa, que era usual há dois decênios atrás. Essa receptividade a projetos de preservação da memória tem estimulado grande número de iniciativas do gênero, o que, evidentemente, gera novo tipo de dificuldade. Trata-se da grande concorrência que se estabelece, por recursos que, em geral, já não são volumosos e que tendem a se reduzir diante do aprofundamento da crise financeira do Estado brasileiro.

Diante de tais circunstâncias, a proposta de preservação da memória ferroviária deve ser precedida de reflexão ampla, que explicita: 1- para os agentes da proposta de preservação: por que é importante a preservação da memória ferroviária; quais os elementos dessa memória que devem ser preservados; e a forma que deve assumir tal preservação. 2- para aqueles aos quais será apresentada a proposta de preservação (ou seja, os que controlam, hoje, os acervos de interesse e os que controlam as fontes de recursos para tal projeto) e para o público em geral: qual o sentido social da preservação da memória ferroviária e em que ela contribui para o desenvolvimento da sociedade atual.

Poder-se-iam fazer algumas objeções sobre a pertinência das questões colocadas, argüindo que preservar o passado é necessidade inerente à natureza do ser humano. Seria difícil discutí-la no espaço de algumas páginas. Mesmo assim, a reflexão proposta, será necessária, independentemente da visão mais geral sobre o significado da História (e da memória)

Para justificar a importância da preservação da memória ferroviária, bastaria destacar o papel das ferrovias na sociedade brasileira, como um setor pioneiro, organizado sob forma propriamente capitalista, tendo por este motivo, imposto sua marca sobre outros setores organizados posteriormente, deixando uma herança, que, em certos casos, se prolonga até nossos dias.

Outros tantos exemplos da importância das ferrovias na constituição do capitalismo brasileiro podem ser citados: introdução de tecnologia típica do capitalismo; relações de trabalho capitalistas, isto é, trabalho assalariado com uma hierarquia bem definida; núcleo de alguns dos primeiros movimentos de trabalhadores e das experiências sindicais; instalação das primeiras "escolas profissionalizantes", ligadas ao ensino dos ofícios peculiares das estradas de ferro.

Assim, ressaltam questões que devem ser preservadas: documentação referente à constituição de empresas, aos acionistas e diretores, às contas da empresa, às máquinas e equipamentos; contratos de trabalho de empregados; material referente às escolas ferroviárias e ao funcionamento das oficinas e etc.

Há, ainda, o problema de saber como sensibilizar e como engajar órgãos públicos, empresas privadas e o público em geral, nesse esforço pela preservação da memória ferroviária.

Quanto ao público, o trem possui forte apelo junto à população de modo geral, e, principalmente, em relação às crianças. Nesse sentido, a restauração de estações desativadas e de equipamento em desuso pode constituir um primeiro

passo para ganhar o apoio da população e gerar demanda popular por novas realizações.

Quanto àqueles que devem ceder o objeto da preservação e os recursos para tanto, pode-se prever um maior número de dificuldades. Certamente não se deve atribuir à História, uma função utilitária: sua legitimidade não depende daquilo que ela possa produzir de útil ou concreto, em nossos dias. No entanto, fica evidente que a preservação da memória tem função educativa, atuando como catalizador de todo o sistema formal de educação. Acervos preservados não produzem, por si próprios, novas tecnologias, mas certamente preparam novas gerações para o domínio de instrumentos cada vez mais complexos e sofisticados. Esse é o sentido social que se pode atribuir à preservação da memória.

A prática preservacionista, entretanto, deve levar em conta a conceituação de preservação, especialmente no que se refere ao patrimônio coletivo. A preservação histórico-cultural assume, por vezes, caráter ideológico, mistificando a real participação da sociedade na produção social.

A própria historiografia pode constituir um sistema capaz de diluir a memória histórica em alguns aspectos, esvaziando o conteúdo social, apresentando-o destituído de qualquer feição questionadora.

A tarefa do pesquisador será, então, a de trabalhar com um material que permita maior abrangência, para que reconstitua, através da preservação, a mais próxima dimensão das experiências históricas - o saber e o fazer da sociedade.

É importante lembrar que, a par da problemática da preservação dos registros da experiência humana, a questão que deve nortear todo o trabalho preservacionista é a defesa de uma memória nacional ligada à observação crítica da História.